



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
JUIZ SECRETÁRIO

Aviso n.º 3/2023
Inscrição e Frequência
das Ações de Formação Contínua
do Centro de Estudos Judiciários 2023/2024

1) A inscrição nas atividades de formação contínua do Centro de Estudos Judiciários (**1.ª fase**) é efetivada exclusivamente por via electrónica, através do respectivo formulário disponibilizado na plataforma informática IUDEX, mediante a seleção e ordenação das atividades de formação e dos locais para a sua frequência (art.º 12.º, n.º 4, do Regulamento das Ações de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais¹)².

2) O referido no ponto anterior é aplicável a todos os Juízes — Juízes Conselheiros, Juízes Desembargadores e Juízes de Direito - incluindo os que se encontram em comissão de serviço.

3) O acesso à aplicação é feito através do endereço <https://juizes.iudex.pt>, devendo, posteriormente, ser seguidas as instruções gerais constantes do respectivo formulário electrónico. Sem prejuízo, em caso de justo impedimento ou indisponibilidade técnica, será admitida, a título excepcional, a inscrição fora do IUDEX, mediante pedido formulado para os serviços do CSM, com a descrição dos cursos e respectiva ordem, procedendo a Unidade de Informática do CSM ao registo manual do pedido na área de *backoffice* do IUDEX.

4) O requerimento deverá ser preenchido e enviado pela aludida plataforma eletrónica **entre o dia 25 de setembro de 2023 e as 23:59 hr. do dia 28 de setembro de 2023**, impreterivelmente. Após o termo do prazo, deixa de ser possível a inscrição nas ações de formação.

5) O requerimento de inscrição pode ser alterado ou eliminado até ao termo do prazo de inscrição, sendo apenas válido o último submetido como definitivo (art.º 12.º, n.º 5, do Regulamento).

6) Para cada atividade de formação será observada, na distribuição de vagas por categorias, a seguinte **regra de proporcionalidade** (art.º 13.º, do Regulamento):

- a) 20% de vagas para Juízes Conselheiros e Juízes Desembargadores;
- b) 80% de vagas para a categoria de Juiz de Direito;
- c) As vagas não preenchidas por uma das alíneas, acrescem à outra.

7) A selecção das acções de formação - **até ao limite global de 20 (vinte) opções de inscrição por juiz** - deve ser efectivada por ordem de preferência, independentemente do tipo e

¹ Abreviadamente, RAFCMJ ou Regulamento, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 156, de 14 de agosto de 2017, pp. 17483-17492.

² O elenco das ações de formação é o que consta do Plano de Formação Contínua 2023/2024 divulgado pelo CEJ.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

JUIZ SECRETÁRIO

do número de locais em que pretende frequentá-las, incluindo-se naquela a indicada em locais diversos em que seja disponibilizada videoconferência.

8) Nos termos do disposto no art.º 9.º, do Regulamento das Actividades de Formação Complementar, é fixado **em 5 (cinco) o número máximo de ações de formação a frequentar pelos magistrados judiciais em exercício de funções, não podendo o conjunto das ações em que seja admitido exceder, relativamente ao Plano de Formação Contínua de 2023/2024, os 12 (doze) dias de formação por juiz.**

9) Nos termos do artigo 14.º do Regulamento são fixados como critérios de preferência, por jurisdição relevante, os constantes dos **Anexos I e II** ao presente Aviso.

10) A admissão às atividades de formação é processada mediante a aplicação da proporcionalidade referida em **6)** e dos critérios de preferência referidos em **9)**, sendo os candidatos ordenados, dentro de cada categoria, pelo mérito e, em caso de igualdade, pela antiguidade.

11) Dentro de cada categoria, cada um dos magistrados judiciais candidatos será seleccionado inicialmente apenas para uma atividade de formação, repetindo-se este procedimento até ao limite máximo referido em **8)**, de acordo com a ordem assinalada no formulário de inscrição (art.º 15.º, n.º 2, do Regulamento).

12) Quando a mesma ação de formação ocorra em diversos locais e o candidato se tenha inscrito para a frequentar em mais do que um local, só é admitido à primeira vaga disponível segundo a ordem que indicou no formulário de inscrição (artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento).

13) A admissão a ação de formação cuja(s) data(s) de realização coincida(m) total ou parcialmente com a(s) data(s) prevista(s) para a realização de outras ações de formação ordenadas em posição posterior do seu requerimento, implica o bloqueio desta(s).

14) A lista dos magistrados judiciais admitidos a participar nas atividades formativas é publicitada no sítio Internet do CSM e objecto de disponibilização na área reservada do IUDEX (<https://juizes.iudex.pt>), **ficando ainda acessível ao CEJ, mediante credenciação, em <https://csm.iudex.pt>.**

15) Tendo presente o referido em 14) e considerando a necessidade de garantir exactidão e rigor nas inscrições, bem como, o estabelecimento dos necessários contactos, informam-se os Magistrados Judiciais interessados de que são objeto de comunicação ao CEJ, para esta exclusiva finalidade, os seguintes dados pessoais:

- 1) Nome completo;
- 2) Tribunal de exercício de funções/outra função ou cargo desempenhados;
- 3) Contacto telefónico;
- 4) E-mail inscrito na aplicação IUDEX, em <https://juizes.iudex.pt>.

16) Se, após o processamento referido em **10) a 13)**, subsistirem vagas não preenchidas, proceder-se-á à abertura de um período suplementar de inscrição (**2.ª fase**) circunscrito aos magistrados judiciais que não tenham atingido o número máximo de atividades de formação referido em **8)**, aplicando-se a esta fase o disposto nos pontos anteriores e o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

JUIZ SECRETÁRIO

17) Em caso de subsistência de vagas não preenchidas após o processamento da 2.^a fase, o seu preenchimento (**3.^a fase**) será efetivado por ordem de pedido de admissão, na sequência de requerimento **genérico a efetuar na área reservada do IUDEX** (<https://juizes.iudex.pt>), com exclusão da aplicação de qualquer critério de preferência ou de proporcionalidade.

18) O regime de ajudas de custo aplicável à frequência das ações de formação é o constante do art.º 24.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais. Para o eventual abono de ajudas de custo, com o limite previsto no Estatuto dos Magistrados Judiciais, considera-se por domicílio necessário o local da sede do juízo ou tribunal, em que o juiz se encontre colocado, não havendo lugar ao referido abono se forem disponibilizados meios técnicos para a frequência da ação de formação à distância na área da sede do juízo em que se encontre colocado ou caso sejam utilizada a plataforma Webex com a transmissão em streaming, acesso registado à Justiça TV e Canal CEJ.

19) As atividades de formação contínua integradas no Plano de Formação 2023/2024 privilegiarão o modelo de formação presencial, reservando-se a possibilidade de formação à distância, com recurso aos habituais meios de comunicação (CANAL CEJ, da JUSTIÇA TV e das salas *Webex*), para situações fundadamente justificadas.

20) Serão ainda realizadas **Ações de Formação Especiais** que incluem um leque de ações atinentes a questões de ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado, bem como uma ação de formação de magistrados e jornalistas, com vista à discussão e reflexão conjunta de problemas comuns, cuja caracterização e todas as informações relevantes constam do Plano de Formação Contínua 2023/2024 do CEJ, para o qual se remete.

Para os **magistrados com menos de 5 anos de serviço efetivo (5 anos a partir da tomada de posse como Juiz de Direito)**, colocados nos **juízos de competência genérica e nos juízos locais cíveis** prevêm-se este ano ações de formação específicas, que visam dotar os magistrados em início de funções de formação mais profunda em matérias destas jurisdições.

*

ANEXO I

Jurisdições relevantes

Jurisdição Relevante	Juízes Abrangidos
Cível	Juízo Central Cível
	Juízo Local Cível
	Juízo de Competência Genérica
	Juízo Central de Execução
	Juízo Central de Comércio
	Competência Alargada – Concorrência, Regulação e Supervisão
	Competência Alargada – Propriedade Intelectual
	Competência Alargada – Marítimo
Criminal	Juízo Central Criminal
	Juízo Local Criminal
	Juízo Local de Pequena Criminalidade





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
JUIZ SECRETÁRIO

	Juízo de Competência Genérica
	Juízo de Instrução Criminal
	Competência Alargada - Tribunal Central de Instrução Criminal
	Competência Alargada – Execução de Penas
Família e Crianças	Juízo Central de Família e Menores
	Juízo de Competência Genérica
Trabalho	Juízo Central de Trabalho
	Juízo de Competência Genérica

*

ANEXO II

Critérios de preferência para Acções de Formação

*

**CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA PARA ACÇÕES DE FORMAÇÃO POR JURISDIÇÃO RELEVANTE
(Art.º 14.º, n.º 1, al. b) do RAFCM):**

*

JURISDIÇÃO RELEVANTE CÍVEL

A4	Processo de Insolvência (parceria com a Jurisdição do Trabalho)	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	01-03-2024
A6	Responsabilidade civil extracontratual do Estado por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	12-04-2024
B7	Direito da responsabilidade (parceria com a revista de direito da responsabilidade)	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	24 e 25 -10-2024
B8	Seminário de direito comercial (parceria com a revista de direito comercial)			Data e local a definir
D1	Questões práticas do processo executivo (com a colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução)	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	30-11-2023
D2	Questões práticas do processo executivo (com a colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução)	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	22-01-2024
D4	Questões práticas do processo executivo (com a colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução)	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	24-06-2024
E6	Help – a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia		Curso Online	18-03-2024
AF4	Workshop sobre Processo de Inventário	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX) distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	06-06-2024





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

JUIZ SECRETÁRIO

B+2L	O maior acompanhado com implicações Transfronteiriças	Lisboa	Lisboa (presencial/dia todo) Porto (online/manhã) Coimbra (online manhã)	03-11-2023
B+2LP	O maior acompanhado com implicações Transfronteiriças	Porto	Presencial/manhã	10-11-2023
B+2LC	O maior acompanhado com implicações Transfronteiriças	Coimbra	Presencial/manhã	17-11-2023
B+6L	Os apensos declarativos na ação executiva		Lisboa (presencial/dia todo) Aveiro (online/manhã) Évora (online manhã)	02-02-2024
B+6LA	Os apensos declarativos na ação executiva	Aveiro	Presencial/manhã	09-02-2024
B+6LE	Os apensos declarativos na ação executiva	Évora	Presencial/manhã	16-02-2024

*

JURISDIÇÃO RELEVANTE CRIMINAL

A1	A prisão e a ressocialização em Portugal no contexto Europeu	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	20-10-2023
A10	A (elevada) sinistralidade rodoviária em Portugal e os crimes rodoviários: perspetivas de prevenção geral e especial	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	28-06-2024
B1	Seminário sobre direitos humanos das mulheres em contexto de violência obstétrica	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	04-12-2023
B4	Cooperação judiciária internacional em matéria penal	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	23-02-2024 e 15-03-2024
C3	I. A nova Lei da Saúde Mental; II. Recuperação (ativa) de ativos. Confisco não baseado na condenação; III. O estado da jurisprudência relativamente aos efeitos da declaração da inconstitucionalidade parcial da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	17 e 24-11-2023 e 15-12-2023
D5	Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)			Data e local a definir
D6	Violência doméstica (parceria com EARHVD)			Data e local a definir
D7	Violência doméstica (parceria com EARHVD)			Data e local a definir





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

JUIZ SECRETÁRIO

E2	Recuperação de ativos		Curso Online	19-01-2024
E4	Help – Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica		Curso Online	13-02-2024
E9	Help – Crimes de ódio e discurso de ódio		Curso Online	Primeiro semestre de 2024
AF2	Seminário sobre Crimes fiscais	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	05-04-2024
B+9	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de penal		Lisboa (presencial/dia todo) Porto (Online/manhã) Évora (Online/manhã)	24-05-2024
B+9LP	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de penal	Porto	Presencial/manhã	07-06-2024
B+9LE	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de penal	Évora	Presencial/manhã	21-06-2024

*

JURISDIÇÃO RELEVANTE FAMÍLIA E CRIANÇAS

A5	Alimentos, Insolvência e Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	04-03-2024
B3	Seminário sobre a implementação em Portugal do Projeto “Barnahus”: A Casa da Criança, uma visão multidisciplinar centrada no melhor interesse da criança	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	26-01-2024
C1	Curso intensivo de Direito da Família e Crianças I. Responsabilidades Parentais e Providências Tutelares Cíveis (aqui se incluindo as matérias de deslocação e retenção ilícitas de crianças); II. Intervenção Protetiva; III. Adoção; IV. Intervenção Tutelar Educativa	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	02, 10 e 20-11-2023 e 14-12-2023
D3	Cobrança de Alimentos no estrangeiro	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	03-05-2024
E1	Help - Justiça amiga das crianças		Curso Online	12-01-2024
B+1L	Direito Internacional da Família	Lisboa	Lisboa Presencial/dia todo Braga (online/manhã) Coimbra (online/manhã)	20-10-2023
B+1LB	Direito Internacional da Família	Braga	Presencial/tarde	04-12-2023
B+1LC	Direito Internacional da Família	Coimbra	Presencial/tarde	04-12-2023
B+4L	Intervenção Tutelar Educativa	Lisboa	Lisboa Presencial/dia todo Aveiro (online/manhã) Coimbra (online/manhã)	15-01-2024
B+4LC	Intervenção Tutelar Educativa	Coimbra	Presencial/tarde	29-01-2024
B+4LA	Intervenção Tutelar Educativa	Aveiro	Presencial/tarde	29-01-2024





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
JUIZ SECRETÁRIO

*

JURISDIÇÃO RELEVANTE TRABALHO

A2	Agenda do trabalho digno	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	27-10-2023
A8	Temas de direito do trabalho	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	24-05-2024
B+3L	Acidentes de trabalho		Lisboa (presencial/dia todo) Porto (online/manhã) Coimbra (online manhã)	12-01-2024
B+3LC	Acidentes de trabalho	Coimbra	Presencial/manhã	19-01-2024
B+3LP	Acidentes de trabalho	Porto	Presencial/manhã	26-01-2024
B+7L	Cessação do Contrato de trabalho	Lisboa	Lisboa (presencial/dia todo) Porto (online/manhã) Coimbra (online manhã)	12-04-2024
B+7LC	Cessação do Contrato de trabalho	Coimbra	Presencial/manhã	19-04-2024
B+7LP	Cessação do Contrato de trabalho	Porto	Presencial/manhã	03-05-2024
C2	Curso Intensivo de Direito do Trabalho I. Princípios. Direitos e deveres emergentes da relação laboral Intervenção Protetiva: II. Contratos de trabalho – especificidades; III. Ações comuns e especiais; IV. Acidentes de trabalho	Lisboa	Formato presencial (possibilidade de utilização de meios de comunicação à distância – canal CEJ, Justiça TV, WEBEX)	3, 10, 17 e 24-11-2023
E3	Help – Proteção de Dados e Direito à Privacidade		Curso Online	06-02-2024
E5	Help – os Direitos Laborais enquanto Direitos Humanos		Curso Online	05-03-2024

*

ACÇÕES DE FORMAÇÃO SEM PREFERÊNCIA (TODOS OS JUIZES)

F1_L	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Lisboa (dia todo presencial) Porto (manhã/online) Coimbra (manhã/online)	03-11-2023
F1_LC	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Coimbra (tarde)	09-11-2023
F1_LP	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Porto (tarde)	17-11-2023
F2_P	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Porto (dia todo presencial) Lisboa (manhã/online) Coimbra (manhã/online)	9-02-2024
F2_PC	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Coimbra (manhã)	15-02-2024
F3	Gestão do Stress e competências socio emocionais		Lisboa	19-02-2024





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
JUIZ SECRETÁRIO

F2_PL	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Lisboa (manhã)	23-02-2024
F4	A psicologia da tomada da decisão - Colóquio		Lisboa	11-03-2024
F5_L	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Lisboa (dia todo presencial) Porto (manhã/online) Coimbra (manhã/online)	03-05-2024
F5_LC	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Coimbra (manhã)	09-05-2024
F6	A linguagem da Justiça - abordagem multidisciplinar do tema da comunicação das decisões judiciais		Lisboa	10-05-2024
F5_LP	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos		Porto (manhã)	17-05-2024
F7	Magistratura, dever de reserva, liberdade de expressão e redes sociais		Lisboa	29-05-2024
F8	Ética do Cuidado e Administração da Justiça		Lisboa	05-07-2024
E7	<i>Help – Asilo e Direitos Humanos</i>		Curso Online	22-03-2024
E8	Inglês Jurídico B-Learning		Curso Online	22-04-2024

*

Lisboa, 22 de setembro de 2023.

A Juíza Secretária do Conselho Superior da Magistratura,


**Ana Cristina
Dias Chambel
Matias**
Juiz Secretária

Assinado de forma digital por Ana Cristina
Dias Chambel Matias
5ea290b80afc7194d3e8f48c32b1a3c9a282c40c
Dados: 2023.09.22 10:55:00

(Ana Cristina Dias Chambel Matias)



2023-2024

**PLANO DE
FORMAÇÃO
CONTÍNUA**

Título: Plano de Formação Contínua 2023-2024

Autor: Centro de Estudos Judiciários

Ano de Publicação: 2023

Edição: Centro de Estudos Judiciários

Largo do Limoeiro

1149-048 Lisboa

cej@mail.cej.mj.pt

<https://cej.justica.gov.pt/>

**C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA 2023 - 2024

Índice

1. Considerações gerais	4
2. Tipologia das ações de Formação Contínua	7
3. Vagas	13
4. Inscrições	16
5. Ações de Formação por Tipologia	17
Cronograma em documento anexo	

NOTA: O cronograma faz parte integrante do Plano de Formação, podendo ser atualizado de acordo com as necessidades. Sempre que precisar de consultar o Cronograma, descarregue a última versão no site do CEJ – <https://cej.justica.gov.pt/>.

1. Considerações gerais

O Plano de Formação Contínua para 2023-2024, destinado à formação profissional de magistrados/as para os tribunais judiciais e para os tribunais administrativos e fiscais, foi concebido e planeado pelo Centro de Estudos Judiciários em articulação com o Conselho Superior da Magistratura, com o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e com o Conselho Superior do Ministério Público, dando resposta - quer no plano das temáticas selecionadas, quer no plano da metodologia escolhida para cada ação - às necessidades formativas que estes apresentaram no âmbito do processo de auscultação previamente desenvolvido (*Training Needs Assessment*).

Tal Plano de Formação procura, por outro lado, corresponder às expectativas e anseios dos juízes/as e magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções, dando sequência, novamente nas temáticas escolhidas e na metodologia adotada, aos valiosos contributos críticos avançados diretamente pelos destinatários da formação, através da análise e discussão dos formulários de avaliação preenchidos pelos participantes em ações de formação contínua promovidas pelo CEJ nos últimos anos.

Alinhado, finalmente, com as orientações metodológicas e temáticas que hoje são pontificantes nas melhores escolas europeias de formação de magistrados, este plano pretende, ainda, responder ao comando do artigo 73º da Lei nº 2/2008, de 14 de janeiro, e, nessa medida, promover a atualização, o aprofundamento e a especialização dos conhecimentos técnico-jurídicos relevantes para o exercício da função jurisdicional, o desenvolvimento dos conhecimentos técnico-jurídicos em matéria de cooperação judiciária europeia e internacional e, bem assim, o aprofundamento da compreensão das realidades da vida contemporânea, numa perspetiva multidisciplinar, a sensibilização para novas realidades com relevo para a prática judiciária, o aprofundamento da análise da função social dos magistrados e o seu papel no âmbito do sistema constitucional, bem como uma cultura de boas práticas.



Como resulta do Plano de Atividades do Centro de Estudos Judiciários para o ano de 2023-2024, aprovado pelo seu Conselho Geral, são objetivos deste Plano de Formação Contínua:

✓ **Atualização de conhecimentos técnico-jurídicos:** Um dos principais objetivos deste plano de formação contínua é garantir a atualização das/os magistradas/os judiciais e do Ministério Público, proporcionando, através de colóquios, seminários, workshops e cursos de especialização (em modelo presencial e de b-learning), a aquisição de conhecimentos e reflexão sobre as mais recentes alterações legislativas, bem como sobre as discussões jurisprudenciais e doutrinárias e com maior impacto na prática judiciária.

✓ **Aperfeiçoamento Profissional:** Outro objetivo importante é promover o aperfeiçoamento profissional de magistradas/os judiciais e do Ministério Público, sendo oferecidas ações de formações que visam o desenvolvimento de competências transversais, tais como gestão de stress, tomada de decisão, comunicação eficaz e liderança, tendo em vista o aprimoramento de competências interpessoais (soft skills) para o exercício da função.

✓ **Ética e Deontologia Profissional:** A formação contínua tem também como objetivo reforçar a importância da ética e da deontologia profissional no exercício da magistratura, quer através de ações formativas especialmente destinadas a esse fim, quer promovendo a reflexão sobre questões éticas e deontológicas nas várias ações planeadas pelas diferentes jurisdições.

✓ **Partilha de Conhecimento:** O último objetivo deste plano de formação contínua é promover a partilha de conhecimentos entre magistrada/os judiciais e do Ministério Público, através da organização de colóquios, cursos, seminários e workshops que permitirão o intercâmbio de experiências, boas práticas e discussões sobre desafios comuns enfrentados no exercício do múnus de magistrado. Parte superior do formulário.

O Plano de Formação Contínua 2023-2024 decorrerá entre outubro de 2023 e outubro de 2024, acautelando-se a cadência das ações, sem hiatos temporais, que o período de inscrições que tem lugar na segunda quinzena de setembro tradicionalmente ocasionava.

São reforçadas as ações realizadas em workshop, modelo que se revelou muito útil e granjeou a preferência de formadores e formandos, alargando-se o número de formações a realizar nesta modalidade através da introdução de um novo tipo de ações que combinam a



realização de um seminário com três workshops para desenvolvimento (prático) do respetivo tema.

Mantém-se, ainda, a tendência de deslocalização da atividade formativa do Centro de Estudos Judiciários, seguida nos últimos anos, com a realização de ações de formação em diversas comarcas, para o que a estreita colaboração com os órgãos de gestão da comarca e, designadamente, com o Juiz Presidente, continuará a assumir aqui um papel fundamental.



As atividades de formação contínua privilegiarão, no ano de 2023-2024, o modelo de formação presencial, mais eficaz e preferencial, reservando-se a possibilidade de formação à distância, com recurso aos habituais meios de comunicação (canal CEJ, salas Webex e, eventualmente, da Justiça TV), para situações fundamentadamente justificadas (v.g. distância relativamente ao local onde a ação de formação decorre, dificuldades de acesso, acontecimentos imprevistos que impeçam as deslocações), sem prejuízo das ações de formação concebidas originariamente em formato *on-line* ou híbrido, em função da metodologia seguida e das necessidades previamente inventariadas pelos seus coordenadores.

Manter-se-ão os cursos *online* que, por regra, têm uma sessão de abertura presencial e, eventualmente, uma outra sessão presencial intercalar ou final, sendo disponibilizados na plataforma criada especificamente para o efeito os conteúdos formativos, com possibilidade de interação.

Para os magistrados/as com menos de 5 anos de serviço efetivo, colocados nos juízos de competência genérica, nos juízos locais cíveis e nos tribunais administrativos prevêm-se este ano ações de formação específicas, que visam dotar os magistrados/as em início de funções de formação mais aprofundada em matérias destas jurisdições que envolvem conhecimentos específicos, ultrapassando, outrossim, eventuais lacunas da formação inicial.

No âmbito das ações de formação especiais, inclui-se um leque de ações atinentes a questões de ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado, bem como uma ação de formação de magistrados e jornalistas, com vista à discussão e reflexão conjunta de problemas comuns.

Para todas as ações está prevista a disponibilização aos participantes de materiais formativos relativos às temáticas que as mesmas abordam, bem como a disponibilização de e-books, que constituem um inegável contributo ao serviço da comunidade jurídica.

De igual modo, proceder-se-á, como se vem fazendo até agora, à divulgação dos vídeos das conferências produzidas em atividades de formação contínua, os quais serão disponibilizados na nossa página web, bem como, sempre que possível, à disponibilização à comunidade jurídica dos conteúdos de cursos disponibilizados em plataforma e-learning.



2. Tipologia das ações de Formação Contínua

As ações de formação contínua têm a seguinte configuração:

● Ações de Formação Contínua Tipo A – Colóquios

Metodologia

As ações de formação aqui inscritas (com duração de um dia ou de meio-dia) assumirão as seguintes modalidades: conferências seguidas de debate entre os participantes; ou intervenções de fundo e mesas temáticas, com abordagem de matérias e ou questões previamente recolhidas junto dos magistrados/as judiciais e do Ministério Público inscritos/as.

Privilegiar-se-á esta segunda modalidade, por ser aquela que permite maior interação com os participantes.

Destinatários

As ações de formação contínua Tipo A são, na sua maioria, destinadas a Juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Estas ações de formação serão presenciais, com possibilidade de transmissão à distância, nas condições acima referidas e, também, em função da metodologia seguida e das necessidades inventariadas pelos seus coordenadores.

● Ações de Formação Contínua Tipo B – Seminários

Metodologia

Nestas ações pretende-se o desenvolvimento de várias vertentes de um mesmo tema central, tendo como recurso principal o método de conferência, seguido do tratamento de questões práticas levantadas pelos dinamizadores e pelos participantes e respetivo debate.

Destinatários

As ações de formação Tipo B são destinadas a Juízes/as, magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

Estas ações de formação serão preferencialmente presenciais, podendo ter lugar em diferentes pontos do país, com possibilidade de transmissão à distância, nas condições acima



referidas e, também, em função da metodologia seguida e das necessidades inventariadas pelos seus coordenadores.

● **Ações de Formação Contínua Tipo B+ – Seminários seguidos de Workshops**

Metodologia

Nestas ações, associa-se à apresentação do tema central, segundo o método de conferência, a resolução de questões práticas, em workshop, pelos participantes inscritos.

Assim, as ações de formação aqui incluídas integrarão:

- ✓ Um seminário, realizado em Lisboa, destinado a todos os participantes, o qual funcionará em modelo híbrido: presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar nos outros locais do país;
- ✓ Três workshops, decorrendo o primeiro, para os participantes de Lisboa, na tarde do dia em que teve lugar o seminário e os restantes, para os inscritos nos workshops a realizar nos outros locais do país, nos dias designados para esse efeito.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/ as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Destinatários

As ações de formação Tipo B+ são destinadas a Juizes/as, magistrados/as do Ministério Público e a outros/as profissionais da área forense.

● **Ações de Formação Contínua Tipo C – Cursos de Especialização**

Metodologia

Estas ações consistem em cursos com vários dias de formação (máximo 4) que visam o aprofundamento dos conhecimentos dos participantes nas temáticas a abordar, na perspetiva da sua aplicação judiciária.

Destinatários

Os Cursos de Especialização (ações de formação contínua Tipo C) são, tendencialmente, reservados a Juizes/as e magistrados/as do Ministério Público e, nestes, serão abordadas variadas questões de atualidade nas respetivas áreas e sua projeção na prática judiciária.



Nas jurisdições especializadas de Trabalho e de Família e Crianças, tais cursos destinam-se preferencialmente a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público em início de funções em Juízos do Trabalho ou de Família e Menores.

Na Jurisdição Penal, o curso destina-se, preferencialmente, a magistrados/as do Ministério Público com intervenção na área criminal (investigação e julgamento) e a magistrados/as judiciais colocados/as em juízos criminais, locais ou centrais.

Na Jurisdição Administrativa, o curso destina-se exclusivamente a magistrados/as do Ministério Público em início de funções em Tribunais Administrativos.

Muitas das sugestões apresentadas pelos Conselhos Superiores (que não deram origem a ações tipo A, B ou B+) terão aqui o seu reflexo.

- **Ações de Formação Contínua Tipo D – *Workshops***

Metodologia

A criação de uma nova tipologia de ações de formação (Tipo B+), que associa ao modelo clássico do seminário a realização de três workshops (dois dos quais deslocalizados), traduz-se num substancial aumento deste tipo de ações e numa expressiva ampliação do número de destinatários, assim se respondendo, quer aos apelos dos Conselhos, quer às sugestões apresentadas pelos participantes em ações de formação anteriores.

Sem embargo, mantém-se este específico tipo de ações de formação (Tipo D), as quais consistem em cursos práticos de um dia (ou parte do dia) a desenvolver em pequenos grupos (*e.g.* um máximo tendencial de 20/25 participantes), de cariz essencialmente interativo, e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de funções dos magistrados e a consensualização de boas práticas.

Estes cursos poderão ser concretizados localmente e replicados em diversos locais do país, o que dependerá - fundamentalmente - da capacidade de utilização dos meios humanos (docentes) do CEJ.

Destinatários

As ações de formação contínua Tipo D são destinadas a Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Em casos excepcionais, designadamente, quando se trate de ações desenvolvidas em parceria com entidades externas, poderão também ser abertas a outros/as profissionais da área forense.



- **Ações de Formação Contínua Tipo E – Cursos *online***

Metodologia

Integram-se neste âmbito vários cursos desenvolvidos pelo Programa HELP (Human Rights Education for Legal Professionals) do Conselho da Europa (adaptados à realidade nacional pela ação conjunta do seu Ponto de Contacto e dos docentes do CEJ), bem como um curso sobre recuperação de ativos, desenvolvido pela jurisdição penal, e outro de inglês jurídico.

Estes cursos, por regra, têm uma sessão de abertura, presencial, seguida de frequência *online* e, eventualmente, de uma outra sessão presencial intercalar ou final.

Os conteúdos formativos são colocados na plataforma criada especificamente para o efeito, com possibilidade de interação.

Destinatários

As ações de formação contínua Tipo E são destinadas, tendencialmente, a um grupo reduzido de juízes/as e magistrados/as do Ministério Público. Em casos excecionais devidamente justificados poderão também ser abertas a outros/as profissionais da área forense.

- **Ações de Formação Contínua Tipo F – Especiais**

1. *Ética, deontologia e desenvolvimento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função*

Metodologia

Agrupam-se neste campo ações de formação de diferentes formatos (Colóquios, Seminários, Workshops), visando, por um lado, o aprimoramento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado e, por outro lado, a discussão sobre questões éticas e deontológicas.

Destinatários

Estas ações de formação contínua são destinadas exclusivamente a Juízes/as e magistrados/as do Ministério Público.



2. Ação de formação de magistrados/as judiciais e do Ministério Público em colaboração com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas

Metodologia

Face ao sucesso alcançado com a formação conjunta de juízes/as e jornalistas no ano de 2022-2023, realizada por iniciativa do Conselho Superior da Magistratura, integra-se no presente Plano uma formação centrada em questões relevantes para magistrados/as e para jornalistas, potenciando-se, assim, a discussão e reflexão conjunta de problemas comuns.

A formação aqui incluída desenrolar-se-á em 3 ações formativas, que seguirão a metodologia das ações de Tipo B+, integrando:

- ✓ Um seminário, realizado em Lisboa, destinado a todos os participantes, o qual funcionará em modelo híbrido: presencial para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa e com transmissão à distância para os inscritos nos Workshops a realizar no Porto e em Coimbra.
- ✓ Três workshops, decorrendo o primeiro, para os participantes de Lisboa, na tarde do dia em que teve lugar o seminário e os restantes, para os inscritos nos Workshops a realizar no Porto e em Coimbra, nas datas designadas.

Inscrição conjunta, estando a participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/ as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).

Destinatários

Tal formação será, agora, aberta à participação de jornalistas, magistrados/as judiciais (dos tribunais comuns e dos tribunais administrativos e fiscais) e a magistrados/as do Ministério Público.



- **Ações de Formação Contínua Tipo AF<5**

Metodologia

Pretendendo ultrapassar eventuais lacunas da formação inicial e dar resposta às necessidades formativas verificadas através da auscultação dos Conselhos e da recolha e dos contributos recolhidos junto dos magistrados/as, o CEJ proporcionará a este grupo específico de magistrados/as (juízes/as e magistrados/as do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade) ações de formação sobre matérias de relevante interesse prático nas áreas do direito civil e processual civil, do direito penal e processual penal e do direito administrativo.

Destinatários

O curso intensivo destina-se a juízes/as e magistrados/as do Ministério Público com menos de 5 anos de serviço efetivo, colocados/as nos juízos de competência genérica, nos juízos locais cíveis e nos tribunais administrativos.



3. Vagas

As vagas são definidas para cada ação de formação, por magistratura, dentro de cada uma das tipologias apresentadas.

Tipologia	Magistratura Judicial/TAF	Magistratura MP	Total
A	100	100	200
B	100	100	200
B+	75	75	150
C	80	80	160
D	20	20	40
E	80 ¹	80 ¹	160 ¹
F	100* ²	100* ²	200* ²
AF	30	30	60

¹ As ações de formação contínua **Tipo E** – Cursos *online* terão 160 vagas, sendo 80 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 80 vagas para a Magistratura do Ministério Público, com **exceção dos cursos HELP, cujas vagas são as seguintes:**

E	DESTINATÁRIOS	TOTAL
E1	10 MAGISTRADOS JUDICIAIS + 10 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS JUÍZOS DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMPETÊNCIA GENÉRICA + 10 TÉCNICOS/AS DAS EQUIPAS DE APOIO AOS TRIBUNAIS DE FAMÍLIA E MENORES DA SEGURANÇA SOCIAL + 10 TÉCNICOS/AS DA SCML	40
E3	10 MAGISTRADOS DOS TAF + 10 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FUNÇÕES NOS TAF + 10 MAGISTRADOS JUDICIAIS + 5 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FUNÇÕES NOS JUÍZOS CÍVEIS, DO TRABALHO E DE COMPETÊNCIA GENÉRICA + 5 ADVOGADOS E OUTROS PROFISSIONAIS JURISTAS	40



E4	20 MAGISTRADOS JUDICIAIS + 20 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS TRIBUNAIS CRIMINAIS E DE INSTRUÇÃO CRIMINAL E DIAPS, NOS JUÍZOS DE FAMÍLIA E CRIANÇAS E NOS JUÍZOS DE COMPETÊNCIA GENÉRICA + 5 TÉCNICAS/OS DA DGRSP + 5 TÉCNICAS/OS DO GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DA APAV + 5 TÉCNICAS/OS DAS CPCJS	55
E5	10 MAGISTRADOS JUDICIAIS + 10 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FUNÇÕES NOS JUÍZOS DO TRABALHO, E NOS JUÍZOS DE COMPETÊNCIA GENÉRICA COM COMPETÊNCIA EM MATÉRIA LABORAL; 5 INSPETORES DA AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO + 5 TÉCNICOS SUPERIORES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO	30
E6	20 MAGISTRADOS JUDICIAIS + 20 MINISTÉRIO PÚBLICO EM FUNÇÕES NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS E NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS	40
E7	10 MAGISTRADOS JUDICIAIS DOS TAF + 5 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FUNÇÕES NOS TAF + 5 MAGISTRADOS JUDICIAIS + 5 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FUNÇÕES NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS + 5 ADVOGADOS E OUTROS PROFISSIONAIS JURISTAS	30
E9	20 MAGISTRADOS JUDICIAIS + 20 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (20) EM FUNÇÕES NOS JUÍZOS CRIMINAIS, DE INSTRUÇÃO CRIMINAL E DE COMPETÊNCIA GENÉRICA, E NOS DIAPS	40

² Exceção para “**Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas**”, cujas vagas são as seguintes: 135 vagas no total das três ações, sendo 45 vagas para a Magistratura Judicial, 30 vagas para a Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais e 30 vagas para a Magistratura do Ministério Público, divididas pelos três locais onde decorrem os Workshops. (Lisboa, Coimbra e Porto)

Acrescem 45 vagas para Jornalistas.

Por cada ação haverá 45 participantes divididos da seguinte forma; 15 inscritos Magistratura Judicial; 10 Magistratura Judicial dos TAF; 10 vagas para a Magistratura do Ministério Público nos termos do quadro seguinte:

	MJ	TAF	MP	JORNALISTAS	TOTAL
Total	45	30	30	30	135
Lisboa	15	10	10	10	45
Porto	15	10	10	10	45
Coimbra	15	10	10	10	45



As ações de formação contínua **Tipo A** terão 200 vagas, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo B** terão 200 vagas, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo C** terão 160 vagas, sendo 80 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 80 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo D** terão 40 vagas, sendo 20 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 20 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo F** – Ações especiais: terão 200 vagas, sendo 100 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 100 vagas para a Magistratura do Ministério Público.

As ações de formação contínua **Tipo AF** – Cursos intensivos – terão 60 vagas, sendo 30 vagas para a Magistratura Judicial/TAF e 30 vagas para a Magistratura do Ministério Público.



4. Inscrições

De acordo com o disposto no art.º 77º, da Lei nº 2/2008, de 14 de janeiro, os/as Magistrados/as que pretendam participar nas atividades de formação requerem a respetiva autorização aos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, até ao dia 30 de setembro.

Nestes termos, os/as juízes/as e os/as Magistrados/as do Ministério Público deverão inscrever-se através do preenchimento de formulário a ser disponibilizado *online* pelo CSM e pelo CSMP.

Os/as juízes/as dos Tribunais Administrativos e Fiscais deverão preencher a ficha de inscrição divulgada pelo CEJ e remetê-la ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, no prazo e condições definidas por este Conselho Superior.

Os/as juízes/as Conselheiros/as e juízes/as Desembargadores/as dos Tribunais Administrativos e Fiscais poderão inscrever-se para qualquer das ações de formação contínua, junto do CEJ, para o endereço de correio eletrónico formacao-def@mail.cej.mj.pt, após a divulgação do respetivo programa.

Terminado o prazo de inscrições, cada um dos Conselhos Superiores informará o CEJ das autorizações concedidas e este, por sua vez, dará conhecimento aos/às interessados/as das ações que estão autorizados/as a frequentar como medida recordatória imediatamente antes da realização da ação de formação contínua, sem prejuízo das comunicações efetuadas por cada Conselho Superior.

As inscrições dos/as restantes profissionais do direito e de outros/as profissionais decorrerão aquando da divulgação do programa detalhado de cada ação de formação contínua, de acordo com metodologia a divulgar oportunamente.



5. Ações de Formação por Tipologia

Ações de Formação Contínua **Tipo A** – Colóquios

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
A1	A prisão e a ressocialização em Portugal no contexto Europeu	Lisboa 20 de outubro de 2023	Penal
A2	Agenda do trabalho digno	Lisboa 27 de outubro de 2023	Trabalho e Empresa
A3	O ato administrativo	Lisboa 27 de outubro de 2023	Administrativo
A4	Processo de Insolvência (parceria com a Jurisdição do Trabalho)	Lisboa 1 de março de 2024	Civil/ Trabalho e Empresa
A5	Alimentos, Insolvência e Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores	Lisboa 4 de março de 2024	Família e Crianças
A6	Responsabilidade civil extracontratual do Estado por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional	Lisboa 12 de abril de 2024	Civil/ Administrativo
A7	Proteção de dados pessoais	Lisboa 19 de abril de 2024	Administrativo
A8	Temas de direito do trabalho	Lisboa 24 de maio de 2024	Trabalho e Empresa
A9	Sistema Fiscal português	Lisboa 24 de maio de 2024	Tributário
A10	A (elevada) sinistralidade rodoviária em Portugal e os crimes rodoviários: perspetivas de prevenção geral e	Lisboa 28 de junho de 2024	Penal
A11	Procedimento e processo tributário	Lisboa 28 de junho de 2024	Tributário



Ações de Formação Contínua **Tipo B** – Seminários

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
B1	Seminário sobre direitos humanos das mulheres em contexto de violência obstétrica (com a colaboração da Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto)	Lisboa 4 de dezembro de 2023	Penal
B2	Seminário sobre Jurisprudência recente do TJUE	Lisboa 12 de janeiro e 9 de fevereiro de 2024	Tributário
B3	Seminário sobre a implementação em Portugal do Projeto “Barnahus”: A Casa da Criança, uma visão multidisciplinar centrada no melhor interesse da	Lisboa 26 de janeiro de 2024	Família e Crianças
B4	Cooperação judiciária internacional em matéria penal	Lisboa 23 de fevereiro e 15 de março de 2024	Penal
B5	Seminário sobre Direito Internacional	Lisboa 15 de março de 2024	Tributário
B6	Seminário sobre Direito Aduaneiro	Lisboa 24 de abril de 2024	Tributário
B7	Direito da responsabilidade (parceria com a revista de direito da responsabilidade)	Lisboa 24 e 25 de outubro de 2024	Civil
B8	Seminário de direito comercial (parceria com a revista de direito comercial):	Data a definir	Civil



Ações de Formação Contínua **Tipo C** – Cursos de Especialização

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
C1	<p>Curso intensivo de Direito da Família e Crianças</p> <p>I. Responsabilidades Parentais e Providências Tutelares Cíveis (aqui se incluindo as matérias de deslocação e retenção ilícitas de crianças);</p> <p>II. Intervenção Protetiva;</p> <p>III. Adoção;</p> <p>IV. Intervenção Tutelar Educativa</p>	<p>2, 10 e 20 de novembro e 14 de dezembro de 2023</p> <p>Lisboa</p>	Família e Crianças
C2	<p>Curso Intensivo de Direito do Trabalho</p> <p>I. Princípios. Direitos e deveres emergentes da relação laboral Intervenção Protetiva;</p> <p>II. Contratos de trabalho – especificidades;</p> <p>III. Ações comuns e especiais;</p> <p>IV. Acidentes de trabalho</p>	<p>3, 10, 17 e 24 de novembro de 2023</p> <p>Lisboa</p>	Trabalho e Empresa
C3	<p>Jornadas de Direito Penal e Processual Penal</p> <p>I. A nova Lei da Saúde Mental;</p> <p>II. Recuperação (ativa) de ativos. Confisco não baseado na condenação;</p> <p>III. O estado da jurisprudência relativamente aos efeitos da declaração da inconstitucionalidade parcial da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho</p>	<p>17 e 24 de novembro e 15 de dezembro de 2023</p> <p>Lisboa</p>	Penal
C4	<p>I. Curso Intensivo de Direito e Processo Administrativo</p>	<p>6 e 13 de dezembro 2023</p> <p>Lisboa</p>	Administrativo



Ações de Formação Contínua **Tipo D** – *Workshops*

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
D1	Questões práticas do processo executivo (com a colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução)	30 de novembro de 2023 Lisboa	Civil
D2	Questões práticas do processo executivo (com a colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução)	22 de janeiro de 2024 Lisboa	Civil
D3	Cobrança de Alimentos no estrangeiro	3 de maio de 2024 Lisboa	Família e Crianças
D4	Questões práticas do processo executivo (com a colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução)	24 de junho de 2024 Lisboa	Civil
D5	Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)	Data a definir	Penal
D6	Violência doméstica (parceria com EARHVD)	Data a definir	Penal
D7	Violência doméstica (parceria com EARHVD)	Data a definir	Penal



Ações de Formação Contínua **Tipo E** – Cursos *online*

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
E1	<i>Help</i> - Justiça amiga das crianças	12 de janeiro de 2024	Família e Crianças
E2	Recuperação de ativos	19 de janeiro de 2024	Penal
E3	<i>Help</i> – Proteção de Dados e Direito à Privacidade	6 de fevereiro de 2024	Administrativo
E4	<i>Help</i> – Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica	13 de fevereiro de 2022	Penal
E5	<i>Help</i> – os Direitos Laborais enquanto Direitos Humanos	5 de março de 2024	Trabalho e Empresa
E6	<i>Help</i> – a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	18 de março de 2024	Civil
E7	<i>Help</i> – Asilo e Direitos Humanos	22 de março de 2024	Administrativo
E8	Inglês jurídico	22 Abril de 2024	Outras
E9	<i>Help</i> – Crimes de ódio e discurso de ódio	Primeiro trimestre de 2024	Penal



Ações de Formação Contínua **Tipo F** – Especiais

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
F1_L	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	3 de novembro de 2023 Lisboa (dia todo presencial) Porto (manhã/online) Coimbra (manhã/online)	Outras
F1_LC	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	9 de novembro de 2023 Coimbra (tarde)	Outras
F1_LP	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	17 de novembro de 2023 Porto (tarde)	Outras
F2_P	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	9 fevereiro de 2024 Porto (dia todo presencial) Lisboa (manhã/online) Coimbra (manhã/online)	Outras
F2_PC	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	15 de fevereiro de 2024 Coimbra (manhã)	Outras
F3	Gestão do Stress e competências socio emocionais - Colóquio	19 fevereiro de 2024 Lisboa	Outras
F2_PL	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	23 de fevereiro de 2024 Lisboa (manhã)	Outras
F4	A psicologia da tomada da decisão - Colóquio	11 de março de 2024 Lisboa	Outras
F5_L	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	3 maio de 2024 Lisboa (dia todo presencial)	Outras



		Porto (manhã/online) Coimbra (manhã/online)	
F5_LC	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	9 de maio de 2024 Coimbra (manhã)	Outras
F6	A linguagem da Justiça – abordagem multidisciplinar do tema da comunicação das decisões judiciais	10 de maio de 2024 Lisboa	Outras
F5_LP	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos	17 de maio de 2024 Porto (manhã)	Outras
F7	Magistratura, dever de reserva, liberdade de expressão e redes sociais	29 de maio de 2024 Lisboa	Outras
F8	Ética do Cuidado e Administração da Justiça	5 de julho de 2024 Lisboa	Outras

Ações de Formação Contínua **Tipo AF** – Cursos Intensivos

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
AF1	Seminário sobre Direito à informação procedimental	29 de novembro de 2023 Lisboa	Administrativo
AF2	Seminário sobre Crimes fiscais	5 de abril de 2024 Lisboa	Penal
AF3	Seminário sobre a Tutela urgente no contencioso administrativo	29 de maio de 2024 Lisboa	Administrativo
AF4	Workshop sobre Processo de Inventário	6 de junho de 2024 Lisboa	Civil



Ações de Formação Contínua Tipo B⁺ – Seminários seguidos de Workshops

Código	Tema	Local/Data	Jurisdição
B+1L (LISBOA)	Direito Internacional da Família	20 de outubro de 2023 Lisboa (presencial/dia todo) Braga (online/manhã) Coimbra (online manhã)	Família e Crianças
B+1LB (BRAGA)		4 de dezembro de 2023 Braga (presencial/tarde)	
B+1LC (COIMBRA)		4 de dezembro de 2023 Coimbra (presencial/tarde)	
B+2L (LISBOA)	O maior acompanhado com implicações transfronteiriças	3 de novembro de 2023 Lisboa (presencial/dia todo) Porto (online/manhã) Coimbra (online manhã)	Civil
B+2LP (PORTO)		10 de novembro de 2023 Porto (presencial/manhã)	
B+2LC (COIMBRA)		17 de novembro de 2023 Coimbra (presencial/manhã)	
B+3L	Acidentes de trabalho	12 de janeiro de 2024- Lisboa (presencial/dia todo) Porto (online/manhã) Coimbra (online manhã)	Trabalho e Empresa
B+3LC (COIMBRA)		19 de janeiro de 2024 Coimbra (presencial/manhã)	
B+3LP (PORTO)		26 de janeiro de 2024 Porto (presencial/manhã)	
B+4L	Intervenção Tutelar Educativa	15 de janeiro de 2024- Lisboa (presencial/dia todo) Aveiro (online/manhã) Coimbra (online manhã)	Família e Crianças
B+4LC (COIMBRA)		29 de janeiro de 2024- Coimbra (presencial/tarde)	
B+4LA (AVEIRO)		29 de janeiro de 2024	



		Aveiro (presencial/tarde)	
B+5L	Questões de Processo Administrativo	25 de janeiro de 2024 Lisboa (presencial/dia todo)	Administrativo
B+5LB (BRAGA)		Braga (online/manhã) Coimbra (online manhã)	
B+5LC (COIMBRA)		29 de fevereiro de 2024 Braga (presencial/manhã)	
		21 de março de 2024 Coimbra (presencial/manhã)	
B+6L	Os apensos declarativos na ação executiva	2 de fevereiro de 2024- Lisboa (presencial/dia todo)	Civil
B+6LA (AVEIRO)		Aveiro (online/manhã) Évora (online manhã)	
B+6LE (ÉVORA)		9 de fevereiro de 2024 Aveiro (presencial/manhã)	
		16 de fevereiro de 2024 Évora (presencial/manhã)	
B+7L	Cessação do Contrato de trabalho	12 de abril de 2024 Lisboa (presencial/dia todo)	Trabalho e Empresa
B+7LC (COIMBRA)		Porto (online/manhã) Coimbra (online manhã)	
B+7LP (PORTO)		19 de abril de 2024 Coimbra (presencial/manhã)	
		3 de maio de 2024 Porto (presencial/manhã)	
B+8L	Direito probatório	17 de maio de 2024 Lisboa (presencial/dia todo)	Tributário
B+8LC (COIMBRA)		Porto (online/manhã) Coimbra (online manhã)	
B+8LP (PORTO)		14 de junho de 2024 Coimbra (presencial/manhã)	
		14 de junho de 2024 Porto	



		(presencial/manhã)	
B+9	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena	24 de maio de 2024 Lisboa (presencial/dia todo)	Penal
B+9LP (PORTO)		Porto (online/manhã) Évora (online manhã)	
B+9LE (ÉVORA)		7 de junho de 2024- Porto (presencial/manhã)	
		21 de junho de 2024 Évora (presencial/manhã)	

PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA 2023 - 2024

CRONOGRAMA DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

DATA	TIPOLOGIA JURISDIÇÃO	TEMA DA AFC	OBJETIVOS	DESTINATÁRIOS	OBSERVAÇÕES
Outubro 20 Lisboa	B+1L Família e Crianças	Direito Internacional da Família	Refletir sobre a aplicação dos instrumentos internacionais na Jurisdição da Família e das Crianças, concretamente no Divórcio, Responsabilidades Parentais, e Deslocação/Retenção Ilícita de Criança. Resolução de questões práticas.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Braga e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 20 de outubro • Workshop Lisboa - tarde de 20 de outubro • Workshop Braga - tarde de 4 de dezembro • Workshop Coimbra - tarde de 4 de dezembro
Outubro 20 Lisboa	A1 Penal	A prisão e a ressocialização em Portugal no contexto Europeu. As estatísticas europeias sobre reclusos, inclusive sobre a duração das penas aplicadas e a duração efetiva do período de reclusão.	Refletir, quer em sede de penas fixadas pelos tribunais de julgamento, quer em sede de concessão de liberdade condicional pelo TEP, sobre as razões de ser da duração das penas de prisão aplicadas e executadas em Portugal serem mais longas do que a média europeia.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Outubro 27	A2 Trabalho e Empresa	Agenda do trabalho digno	Refletir sobre algumas questões colocadas pelas mais recentes alterações da legislação no âmbito da Agenda do Trabalho Digno	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Outubro 27	A3 Administrativo	O ato administrativo	Refletir sobre o ato administrativo como ele é legalmente definido quer na lei substantiva quer na lei processual. Analisar e procurar esclarecer alguns problemas concretos que se têm colocado designadamente entre o ato administrativo e as novas pretensões condenatórias consagradas na lei de processo administrativo.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Novembro 2	C1 Família	Curso intensivo de Direito da Família e Crianças I. Responsabilidades Parentais e Providências Tutelares Cíveis (aqui se incluindo as matérias de deslocação e retenção ilícitas de crianças)	Visando dotar de formação mais aprofundada em matérias que envolvem conhecimentos específicos.	Juízes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos de Família e Menores.	Destinado a magistrados/as em início de funções em Juízos de Família e Menores, compreendendo 4 sessões: • 2 de novembro • 10 e 20 de novembro e 14 de dezembro - meios dias A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Novembro 3	C2 Trabalho	Curso Intensivo de Direito do Trabalho I. Princípios. Direitos e deveres emergentes da relação laboral	Dirigido a magistradas/os em início de funções em Juízos do Trabalho, compreendendo 4 sessões que percorrerão os seguintes temas: Princípios, direitos e deveres emergentes da relação laboral; contratos de trabalho – especificidades; Ações comuns e especiais; e Acidentes de trabalho. Cada um dos temas compreenderá uma sessão comum às duas magistraturas e uma sessão específica para cada uma delas.	(preferencialmente? Quantas vagas) Juízes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos do Trabalho	Ação desenrola-se em 4 sessões: • 3, 10, 17 e 24 de novembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões Programa de tarde: MP: Atendimento ao público MJ: Despacho liminar. Audiência de partes

<p>Novembro 3</p>	<p>B+2L Civil</p>	<p>O maior acompanhado com implicações transfronteiriças</p>	<p>Precisar o tema do maior acompanhado na perspetiva transfronteiriça. Aprofundar os conhecimentos sobre o âmbito de aplicação da Convenção relativa à proteção internacional de adultos – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000.</p>	<p>Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.</p>	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar no Porto e em Coimbra Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 3 de novembro • Workshop Lisboa - tarde de 3 de novembro • Workshop Porto - manhã de 10 de novembro • Workshop Coimbra - manhã de 17 de novembro</p>
<p>Novembro 3</p>	<p>F1L Todas</p>	<p>Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas</p>	<p>Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos “SLAPP <i>suits</i>”), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.</p>	<p>Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público</p>	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes. • Seminário - manhã de 3 de novembro • Workshop Lisboa - tarde de 3 de novembro • Workshop Coimbra - tarde de 9 de novembro • Workshop Porto - tarde de 17 de novembro</p>
<p>Novembro Tarde 9 Coimbra</p>	<p>F1LC Todas</p>	<p>Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas</p>	<p>Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos “SLAPP <i>suits</i>”), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.</p>	<p>Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público</p>	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes • Seminário - manhã de 3 de novembro • Workshop Lisboa - tarde de 3 de novembro • Workshop Coimbra - tarde de 9 de novembro • Workshop Porto - tarde de 17 de novembro</p>

Novembro Manhã 10 Porto	B+2LP Civil	O Maior acompanhado com implicações transfronteiriças	Precisar o tema do maior acompanhado na perspetiva transfronteiriça. Aprofundar os conhecimentos sobre o âmbito de aplicação da Convenção relativa à proteção internacional de adultos – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar no Porto e em Coimbra Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 3 de novembro • Workshop Lisboa - tarde de 3 de novembro • Workshop Porto - manhã de 10 de novembro • Workshop Coimbra - manhã de 17 de novembro
Novembro 10	C1 Família	Curso intensivo de Direito da Família e Criança III. Adoção	Visando dotar de formação mais aprofundada em matérias que envolvem conhecimentos específicos.	Juizes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos de Família e Menores.	Destinado a magistrados/as em início de funções em Juízos de Família e Menores, compreendendo 4 sessões: • 27 de outubro • 2, 10 e 20 de novembro - meios dias A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Novembro 10	C2 Trabalho e Empresa	Curso Intensivo de Direito do Trabalho II. Contratos de trabalho – especificidades	Dirigido a magistradas/os em início de funções em Juízos do Trabalho, compreendendo 4 sessões que percorrerão os seguintes temas: Princípios, direitos e deveres emergentes da relação laborar; contratos de trabalho – especificidades; Ações comuns e especiais; e Acidentes de trabalho. Cada um dos temas compreenderá uma sessão comum às duas magistraturas e uma sessão específica para cada uma delas.	Juizes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos do Trabalho	Ação desenrola-se em 4 sessões: • 3, 10, 17 e 24 de novembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões Programa de tarde: MP: Gestão do processo administrativo MJ: Articulados; despacho saneador; audiência prévia
Novembro Manhã 17 Coimbra	B+2LC Civil	O Maior acompanhado com implicações transfronteiriças	Precisar o tema do maior acompanhado na perspetiva transfronteiriça. Aprofundar os conhecimentos sobre o âmbito de aplicação da Convenção relativa à proteção internacional de adultos – Convenção de Haia, de 13 de janeiro de 2000.		O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar no Porto e em Coimbra Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 3 de novembro • Workshop Lisboa - tarde de 3 de novembro • Workshop Porto - manhã de 10 de novembro • Workshop Coimbra - manhã de 17 de novembro
Novembro 17	C2 Trabalho	Curso Intensivo de Direito do Trabalho III. Ações comuns e especiais	Dirigido a magistradas/os em início de funções em Juízos do Trabalho, compreendendo 4 sessões que percorrerão os seguintes temas: Princípios, direitos e deveres emergentes da relação laborar; contratos de trabalho – especificidades; Ações comuns e especiais; e Acidentes de trabalho. Cada um dos temas compreenderá uma sessão comum às duas magistraturas e uma sessão específica para cada uma delas.	Juizes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos do Trabalho	Ação desenrola-se em 4 sessões: • 3, 10, 17 e 24 de novembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões. Programa de tarde: MP: Estratégias de elaboração de Pls MJ: Instrução; audiência final; sentença

Novembro 17	C3 Penal	Jornadas de Direito Penal e Processual Penal I. A nova Lei da Saúde Mental	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções em juízos criminais.	Ação desenrola-se em 3 sessões: • 17 e 24 de novembro • 15 de dezembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Novembro Tarde 17 Porto	F1LP Todas	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos "SLAPP suits"), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.	Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes. • Seminário - manhã de 3 de novembro • Workshop Lisboa - tarde de 3 de novembro • Workshop Coimbra - tarde de 9 de novembro • Workshop Porto - tarde de 17 de novembro
Novembro 20	C1 Família	Curso intensivo de Direito da Família e Criança III. Adoção	Visando dotar de formação mais aprofundada em matérias que envolvem conhecimentos específicos.	Juízes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos de Família e Menores.	Destinado a magistrados/as em início de funções em Juízos de Família e Menores, compreendendo 4 sessões: • 2 de novembro • 10 e 20 de novembro e 14 de dezembro - meios dias A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Novembro 24	C2 Trabalho	Curso Intensivo de Direito do Trabalho IV. Acidentes de trabalho	Dirigido a magistradas/os em início de funções em Juízos do Trabalho, compreendendo 4 sessões que percorrerão os seguintes temas: Princípios, direitos e deveres emergentes da relação laboral; contratos de trabalho – especificidades; Ações comuns e especiais; e Acidentes de trabalho. Cada um dos temas compreenderá uma sessão comum às duas magistraturas e uma sessão específica para cada uma delas.	Juízes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos do Trabalho	Ação desenrola-se em 4 sessões: • 3, 10 e 17 e 24 de novembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões. Programa de tarde: MP: Fase conciliatória; TC; petições iniciais MJ: Gestão da fase contenciosa; juntas médicas
Novembro 24	C3 Penal	Jornadas de Direito Penal e Processual Penal II. Recuperação (ativa) de ativos. Confisco não baseado na condenação	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções em juízos criminais.	Ação desenrola-se em 3 sessões: • 17 e 24 de novembro • 15 de dezembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Novembro 29	AF1 Administrativo	Seminário sobre direito à informação procedimental e extraprocedimental	Analisar e aprofundar o regime do direito à informação nas suas modalidades legais, procurando refletir sobre os termos em que se afere quem tem direito à informação e em que termos existindo esse direito o mesmo pode vir a ser satisfeito.	Juízes/as nos TAF com menos de cinco anos de antiguidade.	
Novembro Manhã 30	D1 Civil	Questões práticas do processo executivo	Resultante da parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a ordem dos Solicitadores e Agentes de execução, serão abordados, numa perspetiva prática e em formato workshop, problemas que se levantam na prática judiciária no âmbito do processo executivo,	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução

Dezembro 4	B1 Penal	Seminário sobre direitos humanos das mulheres em contexto de violência obstétrica	Destinado à compreensão do conceito de violência obstétrica e suas características, formas de manifestação e categorizações; - distinguir a violência obstétrica da negligência médica e do erro médico; -conhecer os direitos das mulheres em idade reprodutiva em contexto de assistência obstétrica, no âmbito da Lei nº 110/2019, de 9 de setembro; - conhecer os respetivos deveres legais/deontológicos dos profissionais equivalentes aos direitos das mulheres; - conhecer os diversos tipos de responsabilidade subjacentes às situações de violência obstétrica advinda para os profissionais de saúde/instituições de saúde; - compreender as especificidades do consentimento informado em obstetria; - reconhecer e compreender porque a violência obstétrica é uma forma de violência de género e quais os direitos fundamentais das mulheres implicados nestas situações; - análise de Direito Comparado e as soluções preconizadas pelos diversos ordenamentos jurídicos nesta matéria.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Colaboração da Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto
Dezembro Tarde 4 Braga	B+1LB Família e Crianças	Direito Internacional da Família	Refletir sobre a aplicação dos instrumentos internacionais na Jurisdição da Família e das Crianças, concretamente no Divórcio, Responsabilidades Parentais, e Deslocação/Retenção Ilícita de Criança. Resolução de questões práticas.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Braga e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 20 de outubro • Workshop Lisboa - tarde de 20 de outubro • Workshop Braga - tarde de 4 de dezembro • Workshop Coimbra - tarde de 4 de dezembro
Dezembro Tarde 4 Coimbra	B+1LC Família e Crianças	Direito Internacional da Família	Refletir sobre a aplicação dos instrumentos internacionais na Jurisdição da Família e das Crianças, concretamente no Divórcio, Responsabilidades Parentais, e Deslocação/Retenção Ilícita de Criança. Resolução de questões práticas.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Braga e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 20 de outubro • Workshop Lisboa - tarde de 20 de outubro • Workshop Braga - tarde de 4 de dezembro • Workshop Coimbra - tarde de 4 de dezembro
Dezembro 6	C4 Administrativo	Curso Intensivo de Direito e Processo Administrativo i. Processo administrativo	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos de direito administrativo substantivo e processual nas matérias mais relevantes para o exercício de funções por magistrados do Ministério Público nos Tribunais Administrativos.	Magistrados/as do Ministério Público em início de funções na jurisdição administrativa	Ação desenrola-se em 2 sessões: • 6, e 13 de dezembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
Dezembro 13	C4 Administrativo	Curso Intensivo de Direito e Processo Administrativo ii. Direito administrativo	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos de direito administrativo substantivo e processual nas matérias mais relevantes para o exercício de funções por magistrados do Ministério Público nos Tribunais Administrativos.	Magistrados/as do Ministério Público em início de funções na jurisdição administrativa	Ação desenrola-se em 2 sessões: • 6, e 13 de dezembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.

Dezembro 14	C1 Família	Curso intensivo de Direito da Família e Criança IV. Intervenção Tutelar Educativa	Visando dotar de formação mais aprofundada em matérias que envolvem conhecimentos específicos.	Juízes/as e magistradas/os do Ministério Público em início de funções em Juízos de Família e Menores.	Destinado a magistrados/as em início de funções em Juízos de Família e Menores, compreendendo 4 sessões: • 2 de novembro • 10 e 17 de novembro e 14 de dezembro - meios dias A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Dezembro 15	C3 Penal	Jornadas de Direito Penal e Processual Penal III. O estado da jurisprudência relativamente aos efeitos da declaração da inconstitucionalidade parcial da Lei n.º 32/2008, de 17 de Julho, e dos mais recentes acórdãos do TC proferidos em matéria de apreensão de correio eletrónico em sede contraordenacional (Acs. TC n.ºs 91/2023 e 314/2023)	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções em juízos criminais.	Ação desenrola-se em 3 sessões: • 17 e 24 de novembro • 15 de dezembro A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Janeiro Manhã 12	B2 Tributário	Seminário sobre jurisprudência recente do TJUE	No âmbito do protocolo celebrado entre o CEJ e a Escola de Direito da UCP, estes seminários repetem o modelo que tem sido utilizado nos últimos anos em que docentes da Universidade Católica apresentam e elaboram sobre jurisprudência mais recente e relevante do Tribunal de Justiça da União Europeia em sede de tributação direta e indireta.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a UCP Sessões: 12 de janeiro e 9 de fevereiro de 2023
Janeiro 12 Lisboa	B+3L Trabalho e Empresa	Acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma reflexão sobre um dos temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nos processos emergentes de acidente de trabalho. • Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho. 	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 12 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 12 de janeiro • Workshop Coimbra - manhã de 19 de janeiro • Workshop Porto - manhã de 26 de janeiro
Janeiro 12	E1 Família e Criança	HELP - Justiça amiga das crianças	O presente curso inclui diversos exercícios práticos orientados para a aquisição dos conhecimentos, competências e valores necessários a dotar os operadores judiciais de um conhecimento abrangente da CEDH e da jurisprudência produzida neste domínio pelo TEDH, bem como de outras normas europeias relevantes na matéria relativa à justiça amiga das crianças; tendo ainda em consideração diversos instrumentos interpretativos, nomeadamente as Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre Justiça Amiga das Crianças.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Técnicos/as do Instituto da Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> • Sessão presencial de lançamento e início do curso: 12 de janeiro • Duração: Será oportunamente indicada pelos tutores do curso • Limite de participantes: 40: 10 MJ + 10 MP dos juízos de família e menores e de competência genérica + 10 técnicos/as das equipas de apoio aos Tribunais de família e menores da SS + 10 técnicos/as da SCML

Janeiro 15 Lisboa	B+4L Família e Crianças	Intervenção Tutelar Educativa	Abordagem ao sistema tutelar educativo vigente em Portugal e modelos de intervenção do Estado na educação do menor para o Direito. Resolução de questões práticas relativas à intervenção tutelar educativa.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Aveiro e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 15 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 15 de janeiro • Workshop Aveiro - tarde de 29 de janeiro • Workshop Coimbra - tarde de 29 de janeiro
Janeiro Manhã 19 Coimbra	B+3LC Trabalho e Empresa	Acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma reflexão sobre um dos temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nos processos emergentes de acidente de trabalho. • Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho. 	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 12 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 12 de janeiro • Workshop Coimbra - manhã de 19 de janeiro • Workshop Porto - manhã de 26 de janeiro
Janeiro 19	E2 Penal	Recuperação de ativos	Fornecer aos magistrados conhecimentos jurídicos sólidos sobre o sistema de recuperação de bens e de produtos do crime, nos planos interno e de cooperação internacional, teóricos e práticos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPCs	<ul style="list-style-type: none"> • Sessão presencial de lançamento e início do curso: 19 de janeiro • Duração: 9 semanas e composto por 8 módulos • Não tem avaliação
Janeiro Manhã 22	D2 Civil	Questões práticas do processo executivo	Resultante da parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a ordem dos Solicitadores e Agentes de execução, serão abordados, numa perspetiva prática e em formato workshop, problemas que se levantam na prática judiciária no âmbito do processo executivo,	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução

Janeiro 25 Lisboa	B+5L Administrativo	Questões de Processo Administrativo	Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões processuais que têm suscitado alguma controvérsia ao nível da tutela urgente e não urgente no contencioso administrativo.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Braga e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 30 (15 TAF + 15 MP) para cada um dos Workshops, num total de 90 participantes. • Seminário - manhã de 25 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 25 de janeiro • Workshop Braga - manhã de 29 de fevereiro • Workshop Coimbra - manhã de 21 de março
Janeiro 26	B3	Seminário sobre a implementação em Portugal do Projeto "Barnahus": A Casa da Criança, uma visão multidisciplinar centrada no melhor interesse da criança	Apresentação do projeto "A casa da Criança", levada a cabo pelo grupo de trabalho constituído junto da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, de que o CEJ faz parte, para implementação daquele projeto em Portugal.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Janeiro Manhã 26 Porto	B+3LP Trabalho e Empresa	Acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma reflexão sobre um dos temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nos processos emergentes de acidente de trabalho. • Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho. 	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 12 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 12 de janeiro • Workshop Coimbra - manhã de 19 de janeiro • Workshop Porto - manhã de 26 de janeiro
Janeiro Tarde 29 Aveiro	B+4LA Família e Crianças	Intervenção Tutelar Educativa	Abordagem ao sistema tutelar educativo vigente em Portugal e modelos de intervenção do Estado na educação do menor para o Direito. Resolução de questões práticas relativas à intervenção tutelar educativa.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Aveiro e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 15 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 15 de janeiro • Workshop Aveiro - tarde de 29 de janeiro • Workshop Coimbra - tarde de 29 de janeiro

Janeiro Tarde 29 Coimbra	B+4LA Família e Crianças	Intervenção Tutelar Educativa	Abordagem ao sistema tutelar educativo vigente em Portugal e modelos de intervenção do Estado na educação do menor para o Direito. Resolução de questões práticas relativas à intervenção tutelar educativa.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Aveiro e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 15 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 15 de janeiro • Workshop Aveiro - tarde de 29 de janeiro • Workshop Coimbra - tarde de 29 de janeiro
Fevereiro 2 Lisboa	B+6L Civil	Os apensos declarativos na ação executiva	Consolidar conhecimentos sobre a tramitação dos apensos declarativos na ação executiva. Identificar boas práticas sobre a tramitação dos referidos apensos.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Aveiro e em Évora. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 2 de fevereiro • Workshop Lisboa - tarde de 2 de fevereiro • Workshop Aveiro - manhã de 9 de fevereiro • Workshop Évora - manhã de 16 de fevereiro
Fevereiro 6	E3 Administrativo / Trabalho e Empresa	HELP – Proteção de Dados e Direito à Privacidade	<ul style="list-style-type: none"> • O presente curso visa proporcionar uma introdução ao estudo dos instrumentos jurídicos desenvolvidos pelo Conselho da Europa (CdE) e pela União Europeia (UE) em matéria de proteção de dados, avultando, desde logo, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (artigo 8.º) e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE (artigos 7.º e 8.º), bem como diversos tratados emanados pela ONU e pelo Conselho da Europa, bem como diversos atos legislativos da União Europeia, com principal destaque para o Regulamento Geral de Proteção de Dados, à luz da jurisprudência do TEDH e do TJUE. • Pretende-se ainda analisar a temática também no contexto de algumas áreas específicas, tais como as atinentes à saúde, aos meios de comunicação social, às novas tecnologias (GPS, drones, sistemas de CCTV, a internet das coisas, a computação em nuvem e Big Data, entre outras), à comunicação e marketing eletrónicos e à vigilância no local de trabalho. 	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	<ul style="list-style-type: none"> • Sessão presencial de lançamento e início do curso: 6 de fevereiro • Duração: Será oportunamente indicada pelos tutores do curso • Limite de participantes: 40: 10 TAF + 10 MP em funções nos TAF + 10 MJ + 5 MP em funções nos juízos cíveis, do trabalho e de competência genérica + 5 advogados e outros profissionais juristas
Fevereiro Manhã 9	B1 Tributário	Seminário sobre jurisprudência recente do TJUE	No âmbito do protocolo celebrado entre o CEJ e a Escola de Direito da UCP, estes seminários repetem o modelo que tem sido utilizado nos últimos anos em que docentes da Universidade Católica apresentam e elaboram sobre jurisprudência mais recente e relevante do Tribunal de Justiça da União Europeia em sede de tributação direta e indireta.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a UCP Sessões: 12 de janeiro e 9 de fevereiro de 2023

Fevereiro Manhã 9 Aveiro	B+6LA Civil	Os apensos declarativos na ação executiva	Consolidar conhecimentos sobre a tramitação dos apensos declarativos na ação executiva. Identificar boas práticas sobre a tramitação dos referidos apensos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Aveiro e em Évora. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 2 de fevereiro • Workshop Lisboa - tarde de 2 de fevereiro • Workshop Aveiro - manhã de 9 de fevereiro • Workshop Évora - manhã de 16 de fevereiro
Fevereiro 9 Porto	F2P Todas	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos "SLAPP suits"), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.	Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar no Porto (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e em Lisboa. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes. • Seminário - manhã de 9 de fevereiro • Workshop Porto - tarde de 9 de fevereiro • Workshop Coimbra - manhã de 15 de fevereiro • Workshop Lisboa - manhã de 23 de fevereiro
Fevereiro 13	E4 Penal	HELP – Violência contra as mulheres e violência doméstica	O presente curso, partindo de uma abordagem centrada na tutela dos direitos humanos e na ideia primacial da proteção da vítima, tem como principal objetivo familiarizar o público-alvo com os conceitos-chave vigentes na matéria, com o quadro normativo internacional e europeu que a enformam, bem como com a jurisprudência do TEHD relativa à prevenção e repressão da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica, conferindo especial relevo à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada, em Istambul, a 11 de Maio de 2011 (Convenção de Istambul), ratificada por Portugal e vigente na ordem jurídica portuguesa desde 01/08/2014.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense. Técnicos/as da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV, e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	• Sessão presencial de lançamento e início do curso: 13 de fevereiro • Limite de participantes: 55: 20 MJ + 20 MP dos tribunais criminais e de instrução criminal e DIAPs, nos juízos de família e crianças e nos juízos de competência genérica + 5 técnicas/os da DGRSP + 5 técnicas/os do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV + 5 técnicas/os das CPCJs

Fevereiro Manhã 15 Coimbra	F2PC Todas	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos "SLAPP suits"), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.	Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar no Porto (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e em Lisboa. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes. • Seminário - manhã de 9 de fevereiro • Workshop Porto - tarde de 9 de fevereiro • Workshop Coimbra - manhã de 15 de fevereiro • Workshop Lisboa - manhã de 23 de fevereiro
Fevereiro Manhã 16 Évora	B+6LE Civil	Os apensos declarativos na ação executiva	Consolidar conhecimentos sobre a tramitação dos apensos declarativos na ação executiva. Identificar boas práticas sobre a tramitação dos referidos apensos.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Aveiro e em Évora. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 2 de fevereiro • Workshop Lisboa - tarde de 2 de fevereiro • Workshop Aveiro - manhã de 9 de fevereiro • Workshop Évora - manhã de 16 de fevereiro
Fevereiro Manhã 19	F3 Todas	Gestão do Stress e competências socio emocionais	Reflexão sobre o exercício da função de magistrado e suas exigências quotidianas, tendo em vista o aprimoramento de competências pessoais e técnicas.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	
Fevereiro 23	B4 Penal	Seminário de cooperação judiciária internacional em matéria penal	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a mecanismos e institutos de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente, transferência de presos, vigilância (liberdade condicional); congelamento e perda de bens; Auxílio Judiciário Mútuo, DEI, MDE (e extradição).	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 2 sessões: 23 de fevereiro e 15 de março

Fevereiro Manhã 23 Lisboa	F2PL Todas	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	Abranger áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos "SLAPP <i>suits</i> "), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.	Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar no Porto (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e em Lisboa. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes. • Seminário - manhã de 9 de fevereiro • Workshop Porto - tarde de 9 de fevereiro • Workshop Coimbra - manhã de 15 de fevereiro • Workshop Lisboa - manhã de 23 de fevereiro
Fevereiro 29 Braga	B+5LB Administrativo	Questões de Processo Administrativo	Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões processuais que têm suscitado alguma controvérsia ao nível da tutela urgente e não urgente no contencioso administrativo.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Braga e em Coimbra. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 30 (15 TAF + 15 MP) para cada um dos Workshops, num total de 90 participantes. • Seminário - manhã de 25 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 25 de janeiro • Workshop Braga - manhã de 29 de fevereiro • Workshop Coimbra - manhã de 21 de março
Março 1	A4 Civil / Trabalho e Empresa	Processo de Insolvência	O balanço possível sobre as principais alterações do C.I.R.E. efetuadas pela Lei n.º 9/2022, de 11.01 – perspetiva prática.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Março Manhã 4	A5 Família e Crianças	Alimentos, Insolvência e Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores	Refletir sobre questões práticas no âmbito do processo tutelar cível no que respeita à fixação/incumprimento/cobrança de alimentos e temáticas relacionadas, tais como, as repercussões do processo de insolvência, o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores e a cobrança de alimentos no estrangeiro.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	

Março 5	E5 Trabalho e Empresa	HELP – Os Direitos Laborais enquanto Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • O curso HELP sobre "Direitos Laborais" abrange de uma forma interativa os conceitos-chave, o sistema europeu de proteção dos direitos laborais (decorrentes do Conselho da Europa e da UE), a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), bem como as decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS). Este último é um órgão independente de natureza parajurisdicional que supervisiona a situação nos Estados contratantes e desenvolve jurisprudência. • Este curso aborda simultaneamente os direitos laborais individuais e coletivos, principalmente com base na CSE e nos correspondentes artigos da CEDH. O curso também faz comparações e sinergias com a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e apresenta a legislação laboral da UE relevante. Também considera as principais convenções da OIT. 	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Inspetores/as e técnicos/as superiores da Autoridade para as Condições do Trabalho e da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Sessão presencial de lançamento e início do curso: 5 de março • Duração: Será oportunamente indicada pelos tutores do curso • Limite de participantes: 30: 10 MJ + 10 MP nos juízos do trabalho e de competência genérica com competência em matéria laboral + 5 inspetores/as da ACT + 5 técnicos/as superiores da DGERT do Ministério do Trabalho
Março Manhã 11	F4 Todas	A psicologia da tomada da decisão	Análise do processo de tomada de decisão, com os contributos da psicologia, tendo em vista o aprimoramento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	
Março 15	B4 Penal	Seminário de cooperação judiciária internacional em matéria penal	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a mecanismos e institutos de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente, transferência de presos, vigilância (liberdade condicional); congelamento e perda de bens; Auxílio Judiciário Mútuo, DEI, MDE (e extradição).	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 2 sessões: 23 de fevereiro e 15 de março
Março Manhã 15	B5 Tributário	Seminário sobre Direito Internacional	Este seminário pretende aprofundar temas relevantes do Direito Fiscal Internacional como, por exemplo, a dupla tributação.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Março 18	E6 Civil	HELP – A Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Este curso visa proporcionar uma análise comparada da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nas suas semelhanças e diferenças, seja quanto ao respetivo conteúdo dispositivo, seja no que respeita ao funcionamento dos respetivos mecanismos de implementação e controle jurisdicional, com especial enfoque na necessidade que os profissionais do foro têm de proceder a uma aplicação conjugada destes dois instrumentos legislativos no seu trabalho diário.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	<ul style="list-style-type: none"> • Sessão presencial de lançamento e início do curso: 18 de março • Duração: Será oportunamente indicada pelos tutores do curso • Limite de participantes: 40: 20 MJ + 20 MP em funções nos TJ e TAF
Março 21 Coimbra	B+5LC Administrativo	Questões de Processo Administrativo	Refletir, analisar e discutir, do ponto de vista prático, as questões processuais que têm suscitado alguma controvérsia ao nível da tutela urgente e não urgente no contencioso administrativo.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Braga e em Coimbra.</p> <p>Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).</p> <p>Limite de participantes: 30 (15 TAF + 15 MP) para cada um dos Workshops, num total de 90 participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seminário - manhã de 25 de janeiro • Workshop Lisboa - tarde de 25 de janeiro • Workshop Braga - manhã de 29 de fevereiro • Workshop Coimbra - manhã de 21 de março

Março 22	E7 Administrativo	HELP – Asilo e Direitos Humanos	O curso HELP "Asilo e Direitos Humanos" cobre de forma interativa os conceitos-chave, o quadro internacional e europeu relacionado com o asilo (ONU, Conselho da Europa e UE) e a extensa jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre o tema. Uma das principais referências para desenvolver este curso foi o <i>Manual de Direito Europeu sobre Asilo, Fronteiras e Imigração</i> desenvolvido conjuntamente pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE e pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	<ul style="list-style-type: none"> • Sessão presencial de lançamento e início do curso: 22 de março • Frequência online, eventualmente com outra sessão presencial intercalar. • Duração: Será oportunamente indicada pelos tutores do curso • Limite de participantes: 30: 10 TAF + 5 MP em funções nos TAF + 5 MJ + 5 MP em funções nos TJ + 5 advogados e outros profissionais juristas
Abril 5	AF2 Penal	Seminário sobre crimes fiscais	Aprofundar os conhecimentos de direito substantivo e processual em matéria de crimes fiscais.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	
Abril 12	A6 Administrativo / Civil	A responsabilidade civil extracontratual do Estado por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional	Abordar e refletir sobre os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado (e demais entidades públicas) quer na perspetiva do direito civil quer na perspetiva do direito administrativo.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Abril 12 Lisboa	B+7L Trabalho e Empresa	Cessação do Contrato de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma reflexão sobre um dos temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nos processos emergentes de contrato de trabalho. • Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho. 	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto.</p> <p>Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).</p> <p>Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seminário - manhã de 12 de abril • Workshop Lisboa - tarde de 12 de abril • Workshop Coimbra - manhã de 19 de abril • Workshop Porto - manhã de 3 de maio
Abril 19	A7 Administrativo	Proteção de dados pessoais	Analisar como nos instrumentos legais ao nível europeu e nacional o direito à proteção dos dados pessoais e o direito à privacidade se encontram consagrados e bem assim analisar, discutir e refletir sobre as restrições admitidas àqueles direitos, naqueles instrumentos, para efeitos de assegurar o direito à informação administrativa procedimental e não procedimental.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Abril Manhã 19 Coimbra	B+7LC Trabalho e Empresa	Cessação do Contrato de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma reflexão sobre um dos temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nos processos emergentes de contrato de trabalho. • Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho. 	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto.</p> <p>Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).</p> <p>Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seminário - manhã de 12 de abril • Workshop Lisboa - tarde de 12 de abril • Workshop Coimbra - manhã de 19 de abril • Workshop Porto - manhã de 3 de maio

Abril 22	E8 Outras	Inglês Jurídico B-Learning	Promover o conhecimento das especificidades da linguagem técnico- jurídica na língua inglesa.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Curso <i>online</i> com sessão presencial final obrigatória. • Início do curso: 22 de abril • Limite de participantes: 40 MJ + 40 TAF + 80 MP + 10 advogados e outros
Abril Manhã 24	B6 Tributário	Seminário sobre direito aduaneiro	Este seminário pretende aprofundar temas relevantes do Direito Aduaneiro como, por exemplo, o estatuto aduaneiro	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Maio Manhã 3 Porto	B+7LP Trabalho e Empresa	Cessação do Contrato de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma reflexão sobre um dos temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nos processos emergentes de contrato de trabalho. • Resolver questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho. 	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto.</p> <p>Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).</p> <p>Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seminário - manhã de 12 de abril • Workshop Lisboa - tarde de 12 de abril • Workshop Coimbra - manhã de 19 de abril • Workshop Porto - manhã de 3 de maio
Maio Manhã 3	D3 Família e Crianças	Cobrança de Alimentos no estrangeiro	Análise, numa perspetiva prática e em formato workshop, das principais questões que se colocam ao nível da cobrança de alimentos no estrangeiro, designadamente, ao nível do funcionamento dos mecanismos de cooperação.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	
Maio 3 Lisboa	F5L Todas	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos "SLAPP <i>suits</i> "), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.	Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público	<p>O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar no Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto.</p> <p>Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário).</p> <p>Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seminário - manhã de 3 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 3 de maio • Workshop Coimbra - manhã de 9 de maio • Workshop Lisboa - manhã de 17 de maio

Maio Manhã 9 Coimbra	F5LC Todas	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos “SLAPP <i>suits</i> ”), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.	Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar no Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes. • Seminário - manhã de 3 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 3 de maio • Workshop Coimbra - manhã de 9 de maio • Workshop Lisboa - manhã de 17 de maio
Maio 10	F6 Todas	Seminário sobre a linguagem da Justiça	Abordagem multidisciplinar do tema da comunicação das decisões judiciais.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	
Maio 17 Lisboa	B+8L Tributário	Direito probatório	O seminário sobre direito probatório surge na sequência da ação de formação realizada o ano passado que teve a avaliação mais elevada por parte dos formandos. Com os workshops, pretende-se praticar os momentos de decisão relacionados com a atividade probatória de forma presencial, desconcentrada e em grupos reduzidos. Pretende-se, com este modelo, responder ao interesse manifestado pelos Colegas, pelo CSTAF e pelo CSMP.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 30 (15 MJ + 15 MP) para cada um dos Workshops, num total de 90 participantes. • Seminário - manhã de 17 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 17 de maio • Workshop Coimbra - manhã de 14 de junho • Workshop Porto - manhã de 14 de junho
Maio Manhã 17 Porto	F5LP Todas	Ação de formação com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e com o Sindicato dos Jornalistas	Abarcar áreas de relevante interesse para todos os seus destinatários, como as questões da liberdade de expressão (a problemática dos “SLAPP <i>suits</i> ”), do tempo dos jornalistas e do tempo da justiça, da linguagem (da justiça e do jornalismo) e da inteligência artificial.	Jornalistas, magistradas/os judiciais (MJ + TAF) e do Ministério Público	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar no Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 15 MJ + 10 MP + 10 TAF + 10 jornalistas, para cada um dos Workshops, num total de 45 participantes. • Seminário - manhã de 3 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 3 de maio • Workshop Coimbra - manhã de 9 de maio • Workshop Lisboa - manhã de 17 de maio

Maio 24	A8 Trabalho e Empresa	Temas de direito do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar uma reflexão sobre os temas que mais frequentemente constituem objeto de discussão nas causas laborais. • Aprofundar os conhecimentos práticos necessários ao exercício de funções na jurisdição do trabalho. • Abordar questões emergentes das mais recentes alterações da legislação e evolução da jurisprudência. • Analisar as repercussões de fenómenos mais recentes do mercado laboral nas relações jurídicas entre empregadores e trabalhadores. 	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Maio 24	A9 Tributário	Sistema Fiscal português	Este colóquio visa discutir institutos relevantes dos impostos como, por exemplo, o método <i>pro rata</i> (IVA), a tributação das mais-valias (IRS), a indispensabilidade dos gastos (IRC), o facto tributários nos impostos especiais sobre o consumo (IABA, ISPE) ou a avaliação dos prédios (IMI), tal como sugerido pelo CSTAF e pelo CSMP.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Maio 24 Lisboa	B+9L Penal	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena	Análise das principais questões levantadas em sede de concurso de crimes, no âmbito da determinação da pena e sua execução.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar no Porto e em Évora. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 24 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 24 de maio • Workshop Porto - manhã de 7 de junho • Workshop Évora - manhã de 21 de junho
Maio 29	AF3 Administrativo	A tutela urgente no contencioso administrativo	Proceder à análise dos diversos meios processuais de natureza urgente existentes no contencioso administrativo, com particular incidência nas questões, de natureza substantiva e processual, que têm suscitado controvérsia nos tribunais administrativos.	Juízes/as nos TAF com menos de cinco anos de antiguidade.	
Maio Manhã 29	F7 Todas	Magistratura, dever de reserva, liberdade de expressão e redes sociais	Discussão sobre questões éticas e deontológicas, refletindo especialmente sobre as implicações do dever de reserva ao nível da condução da vida pessoal do magistrado, com particular foco na questão da utilização das redes sociais	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	
Junho 6	AF4 Civil	<i>Workshop</i> sobre Processo de Inventário	Analisar e discutir questões práticas em matéria de processo de inventário.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público com menos de cinco anos de antiguidade.	

Junho Manhã 7 Porto	B+9LP Penal	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena	Análise das principais questões levantadas em sede de concurso de crimes, no âmbito da determinação da pena e sua execução.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar no Porto e em Évora. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 24 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 24 de maio • Workshop Porto - manhã de 7 de junho • Workshop Évora - manhã de 21 de junho
Junho Manhã 14 Coimbra	B+8LC Tributário	Direito probatório	O seminário sobre direito probatório surge na sequência da ação de formação realizada o ano passado que teve a avaliação mais elevada por parte dos formandos. Com os workshops, pretende-se praticar os momentos de decisão relacionados com a atividade probatória de forma presencial, desconcentrada e em grupos reduzidos. Pretende-se, com este modelo, responder ao interesse manifestado pelos Colegas, pelo CSTAF e pelo CSMP.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 30 para cada um dos Workshops, num total de 90 participantes. • Seminário - manhã de 17 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 17 de maio • Workshop Coimbra - manhã de 14 de junho • Workshop Porto - manhã de 14 de junho
Junho Manhã 14 Porto	B+8LP Tributário	Direito probatório	O seminário sobre direito probatório surge na sequência da ação de formação realizada o ano passado que teve a avaliação mais elevada por parte dos formandos. Com os workshops, pretende-se praticar os momentos de decisão relacionados com a atividade probatória de forma presencial, desconcentrada e em grupos reduzidos. Pretende-se, com este modelo, responder ao interesse manifestado pelos Colegas, pelo CSTAF e pelo CSMP.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar em Coimbra e no Porto. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 30 para cada um dos Workshops, num total de 90 participantes. • Seminário - manhã de 17 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 17 de maio • Workshop Coimbra - manhã de 14 de junho • Workshop Porto - manhã de 14 de junho

Junho Manhã 21 Évora	B+9LE Penal	Cúmulos jurídicos, penas sucessivas e liquidações de pena	Análise das principais questões levantadas em sede de concurso de crimes, no âmbito da determinação da pena e sua execução.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	O seminário será realizado em Lisboa, na parte da manhã, funcionando em modelo híbrido: presencialmente, para os inscritos no Workshop a realizar em Lisboa (no próprio dia, à tarde) e à distância para os inscritos nos Workshops, a realizar no Porto e em Évora. Inscrição conjunta, participação na parte prática (workshop) reservada a formandos/as efetivamente presentes na parte teórica (seminário). Limite de participantes: 25 MJ + 25 MP para cada um dos Workshops, num total de 150 participantes. • Seminário - manhã de 24 de maio • Workshop Lisboa - tarde de 24 de maio • Workshop Porto - manhã de 7 de junho • Workshop Évora - manhã de 21 de junho
Junho Manhã 24	D4 Civil	Questões práticas do processo executivo	Resultante da parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a ordem dos Solicitadores e Agentes de execução, serão abordados, numa perspetiva prática e em formato workshop, problemas que se levantam na prática judiciária no âmbito do processo executivo,	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Colaboração da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução
Junho 28	A10 Penal	A (elevada) sinistralidade rodoviária em Portugal e os crimes rodoviários: perspetivas de prevenção geral e especial	Refletir sobre a problemática da elevada sinistralidade rodoviária em Portugal (de acordo com dados estatísticos nacionais e europeus) e a (in)eficácia das penas, com análise, inclusive, de jurisprudência pertinente.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Junho 28	A11 Tributário	Procedimento e processo tributário	Com este colóquio pretende-se analisar institutos relevantes do procedimento e do processo tributário como, por exemplo, o procedimento de inspeção tributária, os mecanismos de gestão processual, o controlo jurisdicional da prestação/dispensa da garantia ou as infrações tributárias previstas no Regime de Bens em Circulação, tal como sugerido pelo CSTAF e pelo CSMP.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
Julho Manhã 5	F8 Todas	Ética do Cuidado e Administração da Justiça	Serão abordados os princípios que estruturam a Ética do cuidado, com uma reflexão sobre a sua transponibilidade para o contexto judiciário, tendo em vista o aprimoramento de competências pessoais e técnicas para o exercício da função de magistrado.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	
Outubro 24 e 25	B7 Civil	Seminário sobre direito da responsabilidade civil	Resultante de uma parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Revista de Direito da Responsabilidade, inclui novas abordagens a “velhos problemas”, mas também abrir os horizontes a novas temáticas no âmbito da responsabilidade civil.	Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Revista de Direito da Responsabilidade.

AFCs COM DATAS A DEFINIR

	B8 Civil	Seminário sobre Direito Comercial	Resultante da parceria entre o Centro de Estudos Judiciários e a Revista de Direito Comercial, versará sobre os grandes temas deste ramo do direito, procurando analisar questões do Comércio que chegam no dia a dia aos tribunais.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Parceria com a Revista de Direito Comercia
	D5 Penal	Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)	Discussão e resolução de casos práticos (vertente de <i>case study</i>), de acordo com as especificidades de cada uma das Comarcas, de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Parceria com EARHVD
	D6 Penal	Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)	Discussão e resolução de casos práticos (vertente de <i>case study</i>), de acordo com as especificidades de cada uma das Comarcas, de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Parceria com EARHVD
	D7 Penal	Violência Doméstica (com a colaboração da EARHVD)	Discussão e resolução de casos práticos (vertente de <i>case study</i>), de acordo com as especificidades de cada uma das Comarcas, de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Parceria com EARHVD
	E9 Penal	HELP – Crimes de ódio e discurso de ódio	Os crimes de ódio e os danos causados pelo discurso de ódio representam um problema crescente em toda a Europa e prejudicam vítimas individuais, comunidades e a sociedade como um todo. Os dois fenómenos estão muito interligados, uma vez que o discurso de ódio cria um ambiente em que as pessoas são mais propensas a cometer crimes de ódio. Os dois problemas exigem, no entanto, respostas e soluções específicas. Este curso trata, portanto, das respostas jurídicas adequadas a estes problemas complexos. O curso centra-se nos aspetos de direito penal, aplicação da lei e justiça criminal da resposta legal, ao mesmo tempo que menciona outros aspetos relevantes.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	<ul style="list-style-type: none"> • Curso a ter o seu início no 1.º trimestre de 2024 • Duração: Será oportunamente indicada pelos tutores do curso • Sessão presencial de lançamento e início do curso: • Limite de participantes: 40: 20 MJ + 20 MP dos juízos criminais, de instrução criminal e de competência genérica e DIAPs